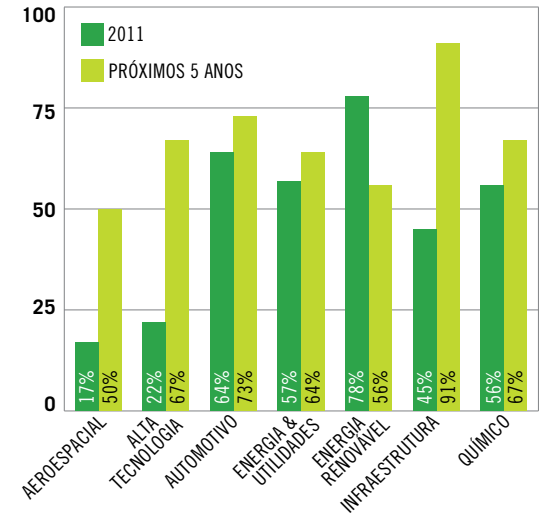
Falta de **terras raras** ameaça renováveis

As terras raras são estratégicas para os setores de alta tecnologia e energias renováveis. São utilizadas, por exemplo, na fabricação de turbinas eólicas, painéis solares, baterias de carro elétrico e lâmpadas mais eficientes. O crescimento do setor de renováveis, que tem sido vigoroso desde meados da década passada, está esbarrando na escassez de terras raras no mercado internacional. Determinada a se tornar líder em tecnologias renováveis, a China – que responde por 95% da oferta global de terras raras – impôs cotas de exportação para esses metais, que desde março são contestadas na Organização Mundial do Comércio (OMC) por Japão, Estados Unidos e União Europeia.

Não é à toa que os países ricos preocupam-se com a falta de matéria-prima para suas indústrias de ponta. Relatório publicado em dezembro pela PricewaterhouseCoopers (PcW) mostrou que 78% das empresas do setor de energias renováveis consultadas acusaram instabilidade no suprimento de metais em 2011, sobretudo terras raras. Para os próximos cinco anos, 56% das companhias entrevistadas pela PcW preveem que o fornecimento será inferior à demanda em alguns momentos. Acesse o relatório *Minerals and Metal Scarcity in Manufacturing: the ticking time bomb* em pwc.to/sqVncl. **(JAGP)**

PERCENTUAL DE EMPRESAS COM FORNECIMENTO INSTÁVEL DE METAIS E MINERAIS (POR SETORES INDUSTRIAIS)



FONTE: PRICEWATERHOUSECOOPERS (PWC). **ELABORAÇÃO:** Página22

ENTREVISTA **SUZANA KAHN**

BOLSA VERDE QUER BARATEAR CUMPRIMENTO DE LEIS

A primeira Bolsa Verde do Brasil começará a funcionar na capital fluminense em 20 de junho, o primeiro dos três dias da Rio+20, inicialmente com negociações no mercado voluntário. Até o fim do ano, devem ter início as transações no mercado regulado. Créditos de cinco ativos ambientais serão negociados na Bolsa Verde – carbono, efluentes industriais, recomposição da reserva legal, reposição de supressão de vegetação nativa e logística reversa e reciclagem.

O projeto é desenvolvido conjuntamente pelas secretarias estadual do Ambiente e municipal da Fazenda do Rio de Janeiro e a BVRio, uma associação civil sem fins lucrativos. Nesta entrevista, a subsecretária de Economia Verde do Estado do Rio de Janeiro, **Suzana Kahn**, dá mais detalhes sobre a proposta.

É mais fácil fazer a empresa cumprir suas obrigações ambientais negociando créditos na Bolsa?

Em caso de simplesmente se criar uma política de taxação, não se estimula a redução nos custos (de cumprimento da lei), porque se taxa da mesma forma os que têm o maior e o menor custo. No ambiente da Bolsa, estimula-se que se vá migrando para um outro tipo de desenvolvimento. Em termos mais amplos, nosso objetivo maior é fazer uma transição e promover a inovação tecnológica. E o melhor incentivo para isso é realmente diminuir o custo. Na Bolsa, a empresa poderá cumprir suas responsabilidades legais comprando créditos de quem pode cumpri-las com menos gastos e mais rapidamente.

Como se explica o Rio sair na frente de São Paulo, que é o centro financeiro do País?

Há sempre uma conexão do Rio com a questão ambiental e a cidade tem muita visibilidade. O custo de operar na BM&FBovespa há de ser muito maior que no mercado de ativos ambientais que estamos implantando agora no Rio. Muitas vezes, aquilo que é menor tem mais agilidade e flexibilidade do que um mercado mais estruturado, com movimentações diárias em um volume enorme e equipamentos muito mais sofisticados.

Sendo bem-sucedida, a experiência do Rio poderá inspirar outros estados a criar bolsas verdes similares à do Rio?

A Bolsa Verde será um espaço seguro de negociação de ativos ambientais. Outros estados que queiram transacionar na nossa plataforma aqui no Rio serão muito bem-vindos. Estamos em contato com os ministérios do Meio Ambiente e da Fazenda, de tal forma que nossa iniciativa seja um piloto que vá crescendo e agregando outros estados, até que se torne algo em escala nacional. O que acho mais interessante para o governo federal é aproveitar a complementaridade entre os estados. Por exemplo, os estados do Sudeste são mais demandantes de créditos de carbono. Já os do Norte são mais ofertantes (*devido ao sequestro de carbono pelas florestas*).

Que ativo ambiental vai inaugurar as negociações no mercado regulado?

Tenho a impressão de que o mercado de carbono seja o primeiro; mas logística reversa, supressão de vegetação e reposição florestal com reserva legal virão em seguida. Isso tudo já tem lei, é apenas uma questão de regulamentar.

Não é demasiadamente ousado implantar uma Bolsa com tantos ativos ambientais, algo inédito no mundo?

Isso não atrapalha, ao contrário, dá escala, porque todos esses mercados usarão a mesma plataforma de negociação. É importante ter escala. Sem volume, não se consegue bancar a estrutura dessa Bolsa. Além disso, são mercados independentes entre si, não competem um com o outro. **(JAGP)**